



Enero 2018 - ISSN: 1988-7833

## A POLÍTICA EXTERNA NORTE AMERICANA NA AMÉRICA LATINA: O CASO CUBA

**Lucas Jorge Luciano De Luca,**  
UNESC

lluca@opmarket.com.br

**Júlio Cesar Zilli,**  
UNESC

zilli42@hotmail.com

**Adriana Carvalho Pinto Vieira,**  
UNICAMP

dricpvieira@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Lucas Jorge Luciano De Luca, Júlio Cesar Zilli y Adriana Carvalho Pinto Vieira (2018): "A política externa norte americana na América Latina: o caso Cuba", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (enero-marzo 2018). En línea:

<http://www.eumed.net/rev/cccss/2018/01/politica-externa-america.html>

### Resumo:

Este estudo objetivou analisar a reaproximação das relações político e econômicas entre Cuba e EUA, compreendendo os motivos por trás do distanciamento, a reaproximação e os possíveis benefícios futuros para ambas as nações. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo e com características descritiva, explicativa, bibliográfica e documental. A área de estudo abrangeu a história cubano-americana desde as guerras de independência cubana no século XIX, passando pelo século XX e culminando com as novas políticas exercidas no início do século XXI. O estudo caracteriza-se pela análise investigativa de dados históricos, optando pela análise de conteúdo. Verificou-se que o histórico de hostilidades entre as nações não é razão para que a normalização das relações bilaterais entre EUA e Cuba não ocorra. Esse processo já foi realizado antes com países de histórico hostil perante os estadunidenses, como o Vietnã, gerando um crescimento econômico estrondoso no país asiático, o transformando em um parceiro importante para os norte-americanos. Verificou-se que apesar da atual política de "America First" exercida pelo atual presidente Donald Trump, o povo dos EUA está abordo do processo de harmonização e, apesar de ambas as partes considerarem este um processo lento, gradual e difícil, o futuro não deve reservar outra direção para ambas às nações senão uma convivência pacífica.

**Palavras-chave:** Cuba. Estados Unidos. Reaproximação. América Latina. Embargo Econômico.

### THE NORTH AMERICAN EXTERNAL POLICY IN LATIN AMERICA: THE CUBA CASE

#### Abstract:

This study aimed at analyzing the rapprochement of the political and economic relations between Cuba and the United States, understanding the reasons behind the detachment, rapprochement and possible future benefits for both nations. Methodologically, this is a qualitative study with descriptive, explanatory, bibliographic and documentary characteristics. The area of study covered Cuban-American history from the Cuban independence wars in the nineteenth century, through the twentieth century and culminating with the new policies pursued at the beginning of the twenty-first century. The study is characterized by the investigative analysis of historical data, opting for content analysis. It was found that the history of hostilities between the two nations is no reason for the normalization of the bilateral relations between the US and Cuba not to occur. This process has happened before with countries that are historically hostile to the US, such as Vietnam, generating a thriving economic growth in the Asian country, making it an important economic partner for the Americans to this day. It was found that despite the current "America First" policy pursued by current President Donald Trump, the US people are on board the harmonization process and, while both sides see it as slow, gradual

and difficult, the future probably will not reserve another direction for both nations but a peaceful coexistence.

**Key-words:** Cuba. United States. Rapprochement. Latin America. Economic Embargo.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 17 de dezembro de 2014 o então presidente dos Estados Unidos da América - EUA, Barack Obama, e o presidente de Cuba, Raúl Castro, anunciaram em transmissões de televisão simultâneas que haviam alcançado um acordo de normalização gradual de relações entre as duas nações. A notícia chegou como surpresa devido à estagnação das relações entre os dois países pelos seis anos que a precederam. Entretanto, nos três anos seguintes, muito foi alcançado. Os EUA removeram Cuba da sua lista de patrocinadores de terrorismo internacional; as relações diplomáticas foram restauradas; os dois presidentes se encontraram três vezes frente a frente e vinte e três acordos bilaterais foram assinados, os quais dizem respeito às mais diversas áreas como saúde, segurança, agricultura, meteorologia, combate ao tráfico, serviços humanos, ensino de línguas, entre outras.

O relacionamento entre Cuba e os EUA possui um papel importante na evolução dos países, no qual ambos participaram de maneira significativa nos processos demográficos, políticos e econômicos um do outro. As consequências da Revolução Cubana de 1959, particularmente a reação dos EUA, instalou um conflito de longa data entre as nações, com intensidades variáveis durante os anos que se seguiram, se estendendo até o século XXI. Este conflito acabou gerando disputas políticas, tentativas de assassinato, uma invasão vergonhosa à Baía dos Porcos e, principalmente, a aproximação de Cuba com a União Soviética, que posteriormente gerou a conhecida Crise dos Mísseis.

Cuba não é o primeiro país comunista com quem os EUA iniciam um processo de reconciliação. Os precedentes Vietnã e China oferecem certa perspectiva de qual caminho a política de reaproximação pode tomar, quais problemas são previsíveis que ocorram e quais são os fatores que podem propulsar o processo adiante. Em ambos os casos das nações citadas, o fator econômico foi essencial para que o processo de reaproximação tivesse início.

Mesmo com todos os avanços políticos, cinco décadas de hostilidade não foram facilmente apagadas e, apesar do progresso feito na relação entre Estados, pouco foi realizado em termos econômicos e comerciais. O problema central, o embargo econômico aplicado pelos EUA em Cuba, pode apenas ser removido pelo congresso americano, onde os oponentes Republicanos de Obama não deram indícios de que iriam cooperar. Esta tentativa estagnou e em junho de 2017 o atual presidente americano, Donald Trump, anunciou que cancelaria todos os acordos unilaterais feitos pela administração de Obama a menos que o país comunista realizasse uma série de demandas como a liberação de presos políticos, a extradição de criminosos americanos exilados e a realização de eleições.

No meio dos novos acontecimentos e da atual instabilidade política norte-americana, este estudo teve como principal objetivo analisar a reaproximação das relações político e econômicas entre Cuba e EUA, compreendendo os motivos por trás do distanciamento, a reaproximação depois de tantos anos e os possíveis benefícios futuros para ambas as nações.

Metodologicamente, este artigo apresenta uma pesquisa de abordagem qualitativa (MICHEL, 2015), com características, quanto aos fins de investigação, descritiva e explicativa (MICHEL, 2015), e, bibliográfica e documental (VERGARA, 2009), quanto aos meios de investigação. A área de estudo abarcou a história cubano-americana a partir das guerras de independência cubana no século XIX, passando pelo século XX e culminando com as novas políticas exercidas no início do século XXI. O estudo caracterizou-se pela análise investigativa de dados históricos e a técnica de coleta como observação indireta (LAKATOS; MARCONI, 2010) por meio de documentos históricos, relatórios escritos, índices e dados documentais, por meio de uma análise de conteúdo (MORAES, 1999).

## 2 EUA E CUBA – O DISTANCIAMENTO

Para compreender o motivo do distanciamento político e econômico entre os EUA e Cuba, primeiramente é necessário compreender que a independência de Cuba, a última colônia latino-americana a se libertar da Espanha, foi composta por duas guerras com duração entre 1868 e 1898, mais um período de governo provisório imposto pelos estadunidenses entre 1898 e 1902. A independência de Cuba seria apenas conquistada de fato em 20 de maio de 1902.

Mesmo com o fim do colonialismo espanhol em 1898, Cuba ainda não era independente. Robertson (1967) argumenta que a economia americana, após sua guerra civil em 1865, expandia

rápida e intensamente e ao final do século XIX o país já ultrapassava o desenvolvimento industrial da Alemanha e da Inglaterra. Esse fator gerou o interesse americano pelo controle e acesso a mercados e matérias-primas providas da região caribenha que, no caso de Cuba, lutava para se livrar do domínio espanhol e é visualizada como um ponto de possível controle pelos EUA. Os maiores interesses comerciais norte-americanos eram pelo tabaco, ferro, manganês, açúcar e ferrovias (COCKCROFT, 2001).

Este interesse leva a uma importante intervenção dos EUA na guerra entre Cuba e Espanha em um momento em que a independência cubana estava próxima de ser alcançada. Após a explosão e afundamento do navio de guerra americano *Maine*, no dia 15 de fevereiro de 1898, matando 260 marinheiros e, segundo Schoultz (2000), mesmo não havendo uma confirmação conclusiva dos motivos por trás deste acontecimento, o governo americano adotou a hipótese de uma sabotagem e declara guerra à Espanha. Esta guerra dura poucos meses e em 12 de agosto do mesmo ano, um armistício é assinado em Washington declarando cessar fogo. Em 10 de dezembro, um tratado de paz em Paris reconhece a independência de Cuba e transfere aos EUA a posse dos territórios de Porto Rico e Guam, além do controle das Filipinas pelo pagamento de um valor de vinte milhões de dólares. Não foi permitida a participação de líderes cubanos nestas negociações.

Cuba se via livre do colonialismo espanhol, porém atada ao controle de um governo provisório americano e a ocupação de suas tropas. Em 20 de maio de 1902 toma posse o primeiro presidente eleito do país, Tomás Estrada Palma. Neste mesmo ano é imposta a emenda Platt que, conforme Morris (1956) estabeleceu bases permanentes para as relações bilaterais entre os dois governos. A emenda dita que o governo de Cuba permitiria aos EUA intervir em seu país com o objetivo de preservar a recém-conquistada independência para manter a formação de um governo apropriado para a prosperidade, a liberdade individual e a proteção da vida. Em troca desta proteção, Cuba deve alugar ou vender terras aos EUA, que serão utilizadas para a extração do carvão necessário no avanço das linhas férreas ou na implantação de bases navais em locais determinados pelo Presidente americano.

Segundo Ayerbe (2004) a presença americana ensarta no processo de independência de Cuba elementos que a tornam diferente dos demais movimentos da América-Latina. A questão nacional é tratada de forma que envolve realidades próprias similares ao de um colonialismo em retração e de um imperialismo emergente novo, combinando uma política externa intervencionista com uma expansão econômica de interesses nacionais privados.

Entre 1902 e 1959, Cuba passou por um período politicamente turbulento. Segundo Ayerbe (2004), Fulgencio Batista chegou ao poder pela segunda vez em 10 de março de 1952 por meio de um golpe militar que interrompeu a frágil democracia presente no país. Assim, o caminho da política institucional se fechou para as diversas lideranças que viam na legitimidade do sistema uma premissa para encaminhar as mudanças socioeconômicas que Cuba tanto precisava. Dentre essas lideranças, a que mais se destacava era a do jovem advogado candidato a deputado pelo Partido Ortodoxo às eleições que se aproximavam, anuladas por Batista, chamado Fidel Castro.

Segundo Furiati (2003) a frustração em Fidel provocada pelo golpe militar dá lugar à convicção de que a normalidade democrática apenas será alcançada com a derrubada do regime de Batista. Em 1953 Fidel reúne um grupo de jovens com este objetivo e planeja a primeira ação revolucionária; a tomada dos quartéis Moncada e Bayamo. A intenção com o assalto aos quartéis era convocar uma greve geral com o objetivo de desencadear um processo de insurreição contra o regime de Batista, que contaria com a deserção de soldados e movimentos de massa. Caso esta ação insurrecional falhasse, então um recuo para as montanhas seria procedido, a fim de organizar uma guerra de guerrilhas. O movimento contra a ditadura se organizava em torno dos jovens liderados por Fidel Castro e já atingia um considerável número de militantes, chegando a 1.200. A ação dos insurgentes não dá certo, seu número de baixas chega a noventa militantes e as principais lideranças do movimento, entre elas Raúl Castro e seu irmão Fidel, são encarceradas (FURIATI, 2003).

Condenado a quinze anos de prisão, em 16 de outubro Fidel manifesta sua defesa por meio do documento "A História Me Absolverá", onde expõe seus objetivos com a ação insurrecional, a qual considera um legítimo direito garantido pela Constituição de 1940. O documento apresenta, também, o programa de mudanças sociais, políticas e econômicas que supostamente orientariam o governo após a derrubada de Batista. Segundo Ayerbe (2004) o documento possui como principais alvos as oligarquias nacionais e o regime que as representa. A detenção dos envolvidos no assalto ao quartel Moncada geram um grande movimento popular em favor da anistia, obtida em 15 de maio de 1955.

Nos anos que se seguem até 1959, Fidel passou pouco mais de um ano no México organizando combatentes com o objetivo de retornar a Cuba para promover uma nova insurreição, que novamente dá errado. Então o advogado e seus guerrilheiros se escondem na mata de Sierra

Maestra onde, conforme Ayerbe (2004), iniciam os preparos para uma nova ação ofensiva fortalecendo o grupo guerrilheiro buscando o apoio da população mais pobre. O movimento de resistência lançado nas cidades pela guerrilha organiza uma greve geral marcada para 9 de abril de 1958, que não obtém seguidores o suficiente. Então Batista, percebendo que a greve fracassou, lança uma ofensiva militar de mais de 10 mil soldados contra a guerrilha. Esta ofensiva dura 75 dias e o Exército se vê obrigado a recuar após sofrer pesadas baixas. A partir deste momento a guerrilha começa a avançar e ganhar território dentro do país, e a vitória dos revolucionários é alcançada no final desse mesmo ano.

Em janeiro de 1959, Fidel Castro destrona a ditadura militar repressiva de Fulgencio Batista. Entre seus objetivos, dois começam a serem postos em ação rapidamente: Ganhar a independência completa do domínio político e econômico exercido pelos EUA e mudar radicalmente a estrutura social desigual de Cuba, o que, inevitavelmente, levou o novo governo a ter problemas com Washington. Apenas seis meses depois o então presidente americano Dwight D. Eisenhower conclui que a existência do governo de Castro era incompatível com os interesses americanos (LEOGRANDE; KORNBLUTH 2015) que temia que modelo adotado na ilha fosse visto pelos países latino-americanos como um forma pacífica e não capitalista de desenvolvimento (MORLEY; MCGILLION, 2002).

Em 1960 cresce o antagonismo cubano quando Fidel Castro nacionaliza todos os ativos estrangeiros em Cuba, aumenta os impostos nas importações americanas e, por questões de sobrevivência, se vira para a União Soviética a procura de assistência econômica e militar, transformando Cuba em um ponto de interesse durante a Guerra Fria. A abordagem intervencionista de Eisenhower que dava prioridade a ganhos a curto prazo, sofre alterações com a eleição de Kennedy e, segundo Ayerbe (2004), os EUA passam a acreditar que as alternativas não capitalistas não possuem mais lugar no mundo e que deve ser estabelecido um consenso que envolva a maior parte das nações em favor dos benefícios oferecidos pelo alinhamento do “mundo livre”.

Ao assumir o poder em 1961, Kennedy implementa um plano, herdado pelo seu predecessor, intervencionista cujo *modus operandi* aparece de maneira explícita no relatório da CIA datado em 11 de março de 1961 cujo objetivo é avaliar o estágio da preparação da invasão.

Status da Ação Preparatória: Há aproximadamente um ano, a Agência foi orientada para colocar em ação a organização de uma ampla oposição ao regime de Castro; Uma grande campanha de propaganda; apoio para atividades de resistência pacíficas e violentas; e o desenvolvimento de forças aéreas e terrestres paramilitares, treinadas, compostas por voluntários cubanos. O status das mais importantes atividades é o que segue: Políticas: por um período de quase um ano, a Frente Revolucionária Democrática (FRD), que foi criada na esperança de que se torne a concretização de uma oposição unificada a Castro, provou ser altamente útil, mas importantes elementos se recusaram a juntar-se a ela. Dessa maneira, um grande esforço foi empreendido há três semanas para formar um conselho revolucionário de bases mais amplas, o qual incluiria a FRD e que poderia levar ao erguimento de um governo provisório. Militares: Forças paramilitares foram recrutadas e treinadas e estarão num estado avançado de prontidão em pouco tempo. Tempo: Será impraticável manter todas essas forças juntas além do começo de abril. Conclusões: a. O regime de Castro não cairá por si só. Na ausência de ação externa contra ele, o enfraquecimento gradual da oposição interna cubana deve ser esperado. b. Em poucos meses, as capacidades das forças militares de Castro provavelmente aumentarão a tal ponto que a deposição do seu regime, a partir de dentro ou de fora do país, pela oposição cubana, será bastante improvável. c. Se for usada com eficiência, a força paramilitar cubana tem grandes chances de depor Castro ou de causar uma prejudicial guerra civil, sem a necessidade de os Estados Unidos se comprometerem com a ação manifesta contra Cuba. d. Entre o curso alternativo de ação aqui revisado, um ataque precedido por uma aterrissagem diversiva, oferece a melhor chance de se alcançar o resultado desejado (CIA, 1982, p. 57-58).

Em 17 de abril do mesmo ano ocorreu a invasão à Baía dos Porcos. Uma expedição com mil e quinhentos homens treinados secretamente pela CIA, saindo da Guatemala, desembarca na Província de Las Villas em Cuba, com o objetivo de derrubar o governo socialista de Fidel Casto. Os invasores são derrotados rapidamente pelas forças cubanas, que conseguem aprisionar diversos combatentes. O governo de Kennedy então se vê obrigado a assumir a ação publicamente, o que segundo Ayerbe (2004), gera repercussões e custos altíssimos para a confiabilidade do seu programa de desenvolvimento traçado para a América Latina e o Caribe pois a partir desta data se tornam explícitas as respostas que devem-se esperar em caso de não alinhamento com os Estados Unidos.

Um processo de radicalização nas relações entre os EUA e Cuba se desencadeia como resultado do fracasso da operação. Internamente, a administração do governo americano começa a considerar a adoção de medidas mais eficazes contra o governo de Cuba, enquanto a ilha caribenha

procura apoio político, econômico e militar com a outra superpotência da época, a União Soviética, o que leva Cuba a protagonizar o momento de maior tensão durante a Guerra Fria (AYERBE, 2004)

Em 22 de 1962 instaurou-se a mais grave crise internacional desde o final da Segunda Guerra Mundial, na qual a humanidade precisou segurar a respiração diante de uma possível guerra nuclear. O então líder soviético Nikita Khrushchov concordou com a solicitação cubana de instalação de mísseis nucleares no território caribenho com o objetivo de impedir uma futura invasão americana. O descobrimento da instalação desses mísseis levou a Casa Branca, apoiada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), a impor o bloqueio naval a Cuba, que incluía tanto navios comerciais quanto militares, para impedir que novos mísseis adentrassem o país (GADDIS, 2005).

A Crise dos Mísseis, que se estendeu até 28 de outubro, representou o momento de maior tensão durante a Guerra Fria e o encontro entre a frota soviética, que navegava até Cuba carregando armas, e a frota norte-americana, que bloqueava o acesso à ilha, “poderia trazer consequências imprevisíveis caso não se chegasse a um acordo entre as duas superpotências” (AYERBE, 2004). O desfecho se deu através da negociação diplomática, cuja participação de Cuba é vetada pelos americanos, com Kennedy e Khrushchov chegando a um acordo no qual incluiu o abandono dos objetivos de invasão da ilha por parte dos EUA e a retirada dos foguetes do território cubano por parte da União Soviética.

As hostilidades seguiram conforme os anos e, após a Crise de 1962, John F. Kennedy esperava conseguir explorar a raiva de Fidel Castro pela União Soviética pela aceitação da retirada dos mísseis da ilha, oferecendo um uma reaproximação ao líder Cubano, enquanto por trás das cortinas ações encobertas contra Cuba continuam sendo executadas pelo governo americano (BETHELL, 1998). Entretanto, o ex-presidente foi assassinado antes das possíveis negociações começarem. Após Kennedy, Gerald Ford, Jimmy Carter e Bill Clinton buscaram melhorar as relações entre os EUA e Cuba, porém nenhuma tentativa obteve o resultado desejado (LEOGRANDE; KORNBLUTH, 2015).

### **3 A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA PERANTE A AMÉRICA LATINA**

Nos anos em que o presidente Kennedy governou, a importância da América Latina aumentou na política externa americana. As preocupações com a região latina aumentaram devido a percepção dos erros políticos prévios, que “[...] enfatizavam o alinhamento político em razão da Guerra Fria, apoiando sem nenhuma seletividade todo regime aliado e combatendo aqueles que ensaiavam voos próprios, sem medir meios e consequências de médio e longo prazo” (AYERBE, 2004, p. 52). É neste momento que a Revolução Cubana aparece, mostrando aos outros países o que pode acontecer caso o governo americano continuasse exclusivamente apostando em uma política externa de intervenção.

Antes da Segunda Guerra Mundial, o poderio econômico crescente não se traduzia em uma presença marcante no cenário político mundial. “Sua política externa tinha como alvo prioritário o continente americano” (AYERBE, 2002, p.63) sob o qual praticava sua política imperialista de intervenção estatal em questões que lhe pareciam comercialmente favoráveis. Posterior ao conflito armado citado acima, o continente americano se defronta com a existência de um novo sistema socialista mundial, do qual participam diversos países da Europa Oriental recém-libertados da presença nazista graças à intervenção do “exército vermelho”.

Em pouco tempo, se juntam a esses países a Coreia do Norte, a China e o Vietnã do Norte. Na primeira metade do século os grandes conflitos mundiais foram lutados por países imperialistas por uma nova divisão do mundo, entretanto, a segunda metade coloca frente a frente dois sistemas políticos e econômicos (o socialismo e o capitalismo) em uma rivalidade que soma aos aspectos militares e econômicos a dimensão e o sentimento ideológico.

Mesmo com sua política intervencionista, ainda há um grande esforço por parte dos EUA desenvolver a região da América Latina e em agosto de 1961, o programa ALPRO é apresentado em uma reunião da OEA. O crescimento do produto bruto *per capita* a uma média anual de 2,5%, a redução pela metade da mortalidade infantil, a reforma agrária e o estímulo à industrialização são os objetivos que se destacam no plano proposto. Segundo Chomsky (2006), os recursos prometidos para o atingimento dessas metas ultrapassam os 20 bilhões de dólares ao longo de dez anos, sendo metade deles originários do tesouro americano e o restante sendo dividido, em partes iguais, entre os Estados latino-americanos e o setor privado.

A proposta é aprovada e nos anos seguintes, entre 1961 e 1969, mais de 24,5 bilhões de dólares foram investidos nos países latino americanos. No entanto, o desenvolvimento da região não apresentou resultados satisfatórios o suficiente aos prometidos pela ALPRO sendo que, na maioria

dos casos, houve uma deterioração na distribuição de renda acompanhada por um aumento do subemprego informal urbano. (TULCHIN, 1990).

O pesquisador Kryzanek (1987) atribuiu os fracos resultados da ALPRO a dois problemas originários do ambiente cultural da região – resistência à mudança e crescimento demográfico.

Os Estados Unidos viram que, apesar do crescimento econômico, a população em aumento tornava difícil conseguir um desenvolvimento significativo. Além disso, os arquitetos da Aliança compreenderam que solicitar aos latino-americanos que cooperassem na realização de reformas econômicas e sociais nem sempre assegurava o cumprimento. Os funcionários americanos acharam grande resistência de parte das elites governantes e econômicas para avançar nas áreas de reforma agrária, equalização de impostos e formação de programas de bem-estar social. Finalmente, havia uma desconfiança subjacente entre os latino-americanos para este novo grande projeto dos Estados Unidos. Os latino-americanos haviam ouvido essas promessas antes e não estavam demasiado ansiosos por aderir à Aliança para o Progresso (KRYZANEK, 1987, p.108)

Os principais obstáculos estranhamente não são culpa da oposição de esquerda, e sim das elites latino-americanas que dificultam o avanço das reformas. Após o isolamento de Cuba, os EUA passam a dar prioridade para as alianças com os setores conservadores, que também eram os mais refratários as propostas da ALPRO, em especial a reforma agrária. Os originais aliados das propostas de Kennedy acabaram por perder espaço pois, se por um lado a ALPRO precisava desses aliados para a promoção das suas reformas, por outro, a política americana de bloqueio a Cuba encontrava nos seus opositores a principal base de apoio (CHOMSKY, 2006).

Até o assassinato do presidente Kennedy em 1963, conforme Ayerbe (2002), as relações interamericanas recaíam na política reformista, com exceção de Cuba, e após, ao assumir o governo o vice-presidente Lyndon Johnson, o país demonstrava uma clara mudança na sua política externa e se envolvia cada vez mais no conflito do Vietnã, deslocando-se para a ação preventiva e repressiva de possíveis crises. Na América Latina, a visão externa do Pentágono e da CIA passava a ter uma importância maior no ato de caracterização de quem são os amigos e quem são os inimigos dos EUA, enquanto a opção pela segurança política acabava por fortalecer a utilização de saídas não institucionais.

Neste caso, os governos considerados aliados por Kennedy começaram a ser percebidos como perigosos e indecisos e entre 1962 e 1968 o panorama político da região mostrava claramente a preferência dos países pelo militarismo com golpes que destituíram Arturo Frondzi na Argentina em 1961, Juan Bosch na República Dominicana, Villeda Morales em Honduras e Idígoras Fuentes na Guatemala em 1963, ainda neste ano Jean-Claude Duvalier se declarava presidente vitalício no Haiti; Paz Estenssoro é deposto de seu cargo na Bolívia e João Goulart do seu no Brasil em 1964 e Belaúnde Terri no Peru em 1968, embora, diferentemente dos outros, o golpe militar peruano possuía objetivos nacionalistas, sem relação com a política externa dos EUA (AYERBE, 2002).

Em 31 de março de 1964 é executado o golpe militar no Brasil que depõe o então presidente João Goulart. O auxílio brasileiro na Segunda Guerra, fornecendo produtos a valores controlados e participando militarmente da fase final do conflito elevou o status brasileiro ao de um aliado ao governo estadunidense, sendo visto como o contrapeso ideal às ambições comunistas na região conforme explica Bandeira (1989). Depois de um salto de desenvolvimento durante o governo Kubitschek (1956-1961), com sua produção industrial aumentando 11,9% em média por ano. Em contraponto, o Brasil também aumentou sua dívida externa no curto prazo, cujos efeitos seriam sentidos somente no próximo governo e deixou de herança um déficit no balanço de pagamentos que superava os 410 milhões de dólares; uma dívida externa que alcançava 3,8 bilhões de dólares e uma inflação superior a 30% ao ano em 1959 e 1960 (SINGER, 1976).

João Goulart assume a presidência após a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961 (pouco mais de 6 meses após ser eleito) numa circunstância política que já apresentava sinais crescentes de instabilidade devido ao descontentamento de ambos os lados da população. Segundo Ayerbe (2002) a tendência do novo governo apontava para a volta da política desenvolvimentista por meio do Plano Trienal, entre 1963 e 1965, que colocava como objetivos o controle e estabilização da inflação e do déficit público e o crescimento a uma taxa anual de 7%. A aplicação deste plano limitou-se apenas ao primeiro semestre de 1963 e mostrava-se extremamente ineficaz ao combate à inflação, que ultrapassava os 80% nesse ano. Ademais, o governo assumiu uma postura de defesa perante os princípios de autodeterminação e não-intervenção a Cuba, se posicionando a favor do ingresso da China nas Nações Unidas e estabelecendo relações diplomáticas com países socialistas, o que aumentava as pressões internas que associavam o novo governo a posições pró-comunistas durante a Guerra Fria.

O relatório da CIA de 2 de julho de 1932 apresentava como crítica a situação do Brasil, descrevendo a possível aproximação entre o país e a URSS e as probabilidades de Goulart chegar no final do mandato:

Goulart é essencialmente um oportunista cujas inclinações e associações são populistas e esquerdistas. Seu poder político depende grandemente do movimento trabalhista, e ele está sujeito a altas pressões de esquerdistas extremos e ultranacionalistas. Se, como resultado dessas inclinações e pressões, ele não ... evitar que o programa de estabilização brasileira falte às exigências dos EUA e se, como consequência, a necessária assistência externa não for fornecida, as tensões econômicas e políticas brasileiras realmente se tornarão críticas. Nesse caso, o ressentimento oficial e a pressão esquerdista poderiam fazer que o Brasil regredisse rapidamente em direção ao ultranacionalismo e a uma solução autoritária com sérias consequências para as relações Brasil-EUA. Por outro lado, isso também poderia levar Goulart e seus associados a tomarem as medidas drásticas necessárias para atender às exigências dos EUA e de outros países. Presumivelmente isso também poderia levar a uma união de elementos conservadores e moderados num esforço para depor Goulart e estabelecer um regime provavelmente mais adequado, a fim de ganhar a confiança exterior e executar uma política econômica mais austera. Acreditamos que as chances ainda favorecem a retirada de Goulart da Presidência na conclusão de seu mandato constitucional em janeiro de 1966, e que há ainda uma chance ... de que seu sucessor seja alguém mais responsável e talvez mais leal quanto à adesão ao gradualismo e à cooperação hemisférica. Por outro, a profunda instabilidade política e econômica do país e as fortes posições que vêm sendo conquistadas pelos comunistas, esquerdistas extremos e ultranacionalistas tenderão a empurrar o país em direção a saídas mais radicais nas políticas interna e externa. Isso poderia levar finalmente ao estabelecimento de um regime esquerdista extremo com um caráter fortemente anti-EUA. (CIA, 1982, doc. 0249)

No semestre final de 1963, os EUA bloquearam os créditos externos que poderiam ter a finalidade de financiar o balanço de pagamentos do Brasil e autorizaram a embaixada a fazer novos acordos separadamente com prefeitos e governadores. Segundo Chomsky (2006), isso, na prática, significava o financiamento dos adversários políticos do atual presidente. Os setores empresariais passavam a exercer uma posição oposicionista ao retirar o apoio ao plano trienal e a tendência para a polarização se confirmava por meio do endurecimento da postura americana em relação ao governo do Brasil. A Tabela 1 demonstra, anualmente, a ajuda dos EUA de acordo com a evolução da situação no país.

Tabela 1 – Despesas no Brasil da Agência para o Desenvolvimento Internacional.

| O ANO FISCAL TERMINA EM 30 DE JUNHO | DESPESAS EM MILHARES DE DÓLARES |
|-------------------------------------|---------------------------------|
| 1962                                | 81,1                            |
| 1963                                | 38,7                            |
| 1964                                | 15,1                            |
| 1965                                | 122,1                           |
| 1966                                | 129,3                           |

Fonte: Magdoff (1979).

Como dito anteriormente, em 31 de março de 1963 é realizado o golpe militar no Brasil, que encontrava pouca resistência. No dia 29 de julho do mesmo ano, o memorando 0374 da CIA caracterizava o pronunciamento militar como uma vitória contra os adversários comunistas. Conforme Ayerbe (2004), este documento mostrava claramente a mudança de discurso da administração Johnson, que se aproximava do eixo Leste-Oeste na sua avaliação de problemas localizados.

A revolução brasileira que acarretou a queda de Goulart marcou um sério retrocesso para os interesses soviéticos. A revolução de abril também sobreveio como um choque para Fidel Castro e é evidente, por suas próprias declarações, que ele considerou o fato como uma grave perda para Cuba. No Brasil, os primeiros três meses do governo do presidente Humberto Castello Branco foram bem-sucedidos em acalmar as ameaças maiores à estabilidade política. Castello Branco tem ministrado até agora uma liderança firme, responsável, executiva, e seu regime constituiu promover um início promissor para aliviar alguns dos graves problemas econômicos e sociais do Brasil. O apoio popular ao regime mantém-se relativamente alto, apesar da crescente resistência a certas medidas de reforma e estabilização e também à crescente insatisfação com os contínuos aumentos de preços e escassez de alimentos. (CIA, 1982, doc.0374)

O sucessor de Johnson, Richard Nixon, enfrentava os primeiros problemas das crises geradas pela militarização da região, precisando contrapor as diversas pressões provindas de uma situação diferenciada em relação a conhecida na região até então. A agenda das relações com a América Latina amplia-se durante os anos de 1970 na qual os países latinos reivindicavam uma nova ordem regional, culminando em consequências importantes para as relações entre os EUA, Cuba e

os países vizinhos. Além disso, a hegemonia americana enfrentava desafios na política, com as crises no Oriente Médio e no Sudeste Asiático, e na economia, com a forte concorrência do Japão e da Europa Ocidental, ademais do crescimento de movimentos nacionalistas nos países então chamados de Terceiro Mundo.

A crescente busca do balanceamento de forças por meio de uma postura objetiva utilizando-se de uma política de alianças é, segundo Kissinger (1994), a marca que distingue não apenas o período presidencial de Nixon, mas a década de 1970 em si quando se trata das relações exteriores praticadas pelos EUA. Ao explorar o conflito sino-soviético, os americanos conseguem uma aproximação com a China comunista em 1971, isso conduz ao início da retirada das tropas americanas durante o conflito no Vietnã dois anos mais tarde. Ainda em 1973, com a intervenção americana na guerra de Yom Kippur, os EUA sucedem ao obter um cessar-fogo no momento em que as tropas do Egito passavam por dificuldades e a URSS ameaçava interferir no conflito. Enquanto isso, nas relações latino-americanas, a percepção de que a crise na região iria agravar-se, os escassos resultados da Aliança para o Progresso (que visavava acelerar o desenvolvimento econômico da América do Sul e, ao mesmo tempo, destinava-se a frear o avanço do socialismo no continente) e as soluções não definitivas, levam a uma oscilação entre a postura negociadora nos fóruns interamericanos e a desestabilização pura e simples de governos considerados perigosos para a segurança hemisférica (AYERBE, 2004)

A “ofensiva” latino-americana causa o enfraquecimento das posições dos EUA em negociações coletivas durante a década de 1970. Pope Atkins (1991) utiliza como exemplo a exigência, por parte dos países latino-americanos em 1974, do fim das sanções contra Cuba, que se concretiza apenas em parte em 1975. Essa situação fez com que os norte-americanos enfrentassem uma situação de minoria nas votações em organismos multilaterais. Entretanto, durante essa mesma época, em relações bilaterais, o governo estadunidense fortalece seus vínculos com setores conservadores e regimes militares, dando apoio a intervenções das Forças Armadas em países cuja situação apresentava-se crítica para seus próprios interesses estratégicos (AYERBE, 2002). Em 1971, Hugo Banzer chega ao poder por meio de um golpe militar na Bolívia. Dois anos depois, o governo socialista de Allende é derrubado no Chile com um golpe militar. No Uruguai, o presidente Bordaberry dissolve o parlamento e passa a governar com o apoio das forças armadas. E, em 1976 Maria Esteia Martinez de Perón é derrubada da presidência na Argentina, quem assume é o general Jorge Rafael Videla.

A chegada dos anos de 1980, que recebe de herança a derrota no Vietnã e o escândalo de Watergate da década passada, marca um cenário de crise com o fim do governo Nixon-Ford, de 1969 a 1977, e um período de poucas mudanças pelo presidente Jimmy Carter, de 1978 a 1981. A nova década traz juntamente aos dois mandados de Ronald Regan, e uma política fortemente conservadora de contenção ao comunismo de 1982 a 1989, o fim da prosperidade vivida pelo modelo do capitalismo que durou mais de 25 anos, a crise dos preços do petróleo como agravante que guia para o cenário político novos ‘jogadores’ do Terceiro Mundo e a visível presença da União Soviética, até então disputando em igualdade com os Estados Unidos a corrida armamentista, que amplia sua influência nos continentes africano e asiático (AYERBE, 2002).

Na América Latina, onde agora os regimes militares são predominantes, é lançada uma campanha, criada pela OEA, a favor do respeito aos direitos humanos, que organiza visitas a países os quais possuem governos acusados de promover desaparecimentos, torturas, assassinatos e demais formas de perseguição a oposição política. Segundo Pope Atkins (1991) as ditaduras de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai são alvos diretos dessa campanha, na qual os EUA ameaçam cortar sua ajuda econômica e militar caso as denúncias se apresentem como verdadeiras e esses governos continuem com a mesma postura (GOTT, 2006).

A América Central também sofre mudanças de enfoque e a ditadura de Somoza na Nicarágua sofre uma crescente pressão para o início de um processo de normalização institucional, a qual busca se antecipar a uma possível saída revolucionária na qual a Frente Sandinista, o partido socialista nicaraguense, seria o principal beneficiado. As relações com Cuba apresentam uma considerável melhora ao eliminarem-se restrições para que americanos entrem no país. Ademais, ambos os países assinam um acordo de “cessão de interesse” no qual os EUA abrem um escritório em Havana e Cuba em Washington, representando um início de contato diplomático. Em contrapartida, em 1983 é proibida a entrada de aço que contenham níquel cubano nos EUA, independente da origem do produto; e três anos depois passa a funcionar a Rádio Marti, que transmite programação contra o governo cubano a partir da sua estação no estado da Flórida (GOTT, 2006)

Em 1989, após a queda do Muro de Berlim, a dura ameaça comunista do período da Guerra Fria chega ao fim com o colapso da União Soviética. Assim, conforme Kugler (1995) o mundo se via



finalmente livre de um estado crônico de tensão, que mantinha a todos sob ameaça de uma possível guerra nuclear. Tendo isso em mente, seria possível afirmar que as relações com Cuba passassem de conflituosas para uma gradual normatização sendo que, sem o apoio da URSS, a ilha gradualmente deixaria de ser uma ameaça ideológica e um exportador das revoluções e do comunismo no ocidente. Segundo Bandeira (1998), Fidel Castro acreditava que com a queda da União Soviética e a não destruição de Cuba perante o bloqueio econômico, restaria somente aos Estados Unidos uma reformulação de sua política externa e a reaproximação dos dois países, com a ilha saindo fortalecida destes acontecimentos.

Por outro lado, as mudanças após 1989 criam uma expectativa de que sem o apoio da URSS o comunismo de Fidel Castro não passaria de uma questão de tempo. Assim, sobrevivendo ao sumiço da União Soviética, além de todos os países socialistas ao leste da Europa, Cuba demonstra que possuía essenciais diferenças com esses regimes (SADER, 2001). Como dito antes, o momento era favorável para o reestabelecimento e gradual normatização das relações políticas e comerciais com os Estados Unidos. Entretanto a esperança estadunidense era que as dificuldades econômicas cubanas promovessem um golpe interno com a intenção de derrubar o governo comunista. Quando o governo norte-americano entendeu que a situação não caminharia para esse rumo, continuaram com as políticas hostis perante Cuba.

De acordo com Ayerbe (2002), para o primeiro governo eleito pós-Guerra Fria, o governo Clinton de 1993-2001, a defesa combinada da liberdade de mercado e da democracia, em papel de patrocinadoras da paz mundial, demonstra objetivos nacionais realistas. Da mesma forma em que valida as bandeiras ideológicas vindas da Guerra Fria, delimita fronteiras reais e ideais do convívio mundial na forma de sistema econômico e de governo que são conhecidos como o “capitalismo liberal”, que colocam os EUA de maneira central nesse sistema, garantindo “[...] que as conexões ao redor do centro, entre as regiões e as nações mais proeminentes, estejam fortes e seguras” (ALBRIGHT, 1998, p.10)

Com o comunismo derrotado, o enfraquecimento da “cultura da dependência” e a liberalização das economias, as condições para se institucionalizar o capitalismo liberal amadurecem. Por esse ponto de vista, conforme Ayerbe (2002), as intervenções realizadas pelos EUA durante a Guerra Fria tiveram um sentido pedagógico: demarcar as fronteiras do “mundo livre” mantendo sob vigia e punindo possíveis transgressores. Com a vitória garantida, a agenda sofre mudanças, o programa de educação é alterado para se adaptar aos novos desafios: assegurar governabilidade política e econômica no processo de transição enquanto promove a democracia, a abertura dos mercados, o domínio da lei e a solução pacífica de possíveis conflitos. A política externa estadunidense, tanto nos anos 90 quanto nos anos 2000, claramente segue essa direção. Os EUA promovem, na governabilidade econômica, uma integração comercial para a formação da Área de Livre-Comércio das Américas.

Como resultado das suas continuadas reformas baseadas no mercado, a América Latina tem sido relativamente bem-sucedida ante as crises financeiras globais; nossas exportações para essa região continuaram crescendo mesmo durante os recentes períodos de turbulência. Para completar essa transformação, nós devemos seguir por nossa agenda de livre comércio. (ALBRIGHT, 1999, p. 4)

Ao assumir a presidência em 2008, Barack Obama projeta uma liderança que se apresenta como um resultado de uma adequação realista entre recursos disponíveis e objetivos previamente traçados, na qual combina uma busca prática de aliados cujos governos vislumbram uma disposição de diálogo, e a intromissão com aqueles que estão em campo adversário. Essa postura do presidente norte-americano situa-se como uma parte da ideia que dita que transformar inimigos em amigos é mais seguro do que se isolar ou, talvez, um confronto. A postura liberal perante Cuba não se replica quando o assunto é a Venezuela, principal foco de confrontos bilaterais desde o governo Bush. Em meio a uma limitação econômica, Obama aumenta a pressão para que a crise se resolva através de negociações, nas quais a diminuição do mandato de Maduro entra como destaque.

O cenário favorável na América do Sul, pelas mudanças de governo tanto no Brasil quanto na Argentina com a eleição de Macri e o *impeachment* de Dilma, implicam novos rumos no futuro da política externa. Macri, logo que assume, solicita ao MERCOSUL a aplicação da cláusula democrática e, em agosto do mesmo ano, questiona o direito Venezuelano, combinado a Brasil, Paraguai e Argentina, de ascender à presidência do bloco, que é rotativa. Neste contexto, a oposição impulsionou o referendo e a ação dos seus aliados da América do Sul geram um isolamento ainda maior na Venezuela, o que aumenta a força política e de negociação norte-americana perante o país.

## 4 NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS ENTRE OS EUA E OUTROS ADVERSÁRIOS COMUNISTAS

### 4.1 VIETNÃ

Os EUA estabeleceram, primeiramente, relações diplomáticas com o Vietnã em 1950, seguindo sua independência perante a União Francesa, com a França continuando a supervisionar a política comercial e externa vietnamita. Em 1954, nacionalistas lutando pela independência derrotam a França e o agora dividido Vietnã entra em uma guerra civil que dura duas décadas. O governo norte-americano não reconhecia o Vietnã do Norte como um governo e manteve sua embaixada no Vietnã do Sul, sempre o apoiando contra o Norte, inclusive lutando a conhecida Guerra do Vietnã pelo seu lado. Em 1975, diante da eminente derrota, os EUA fecham sua embaixada e evacuam todo seu *staff* logo antes do rendimento sul-vietnamita para as forças do Norte. (WOODS, 2002)

Durante os anos seguintes as relações entre os dois países permaneceram essencialmente estagnadas, com poucas exceções de contato diplomático, como a comissão enviada pelo presidente Jimmy Carter em 1977, com a afirmação de que não mais a entrada do Vietnã na ONU seria vetada pelos EUA, propondo um avanço diplomático entre as nações, que terminaria com os estadunidenses aumentando as exportações vietnamitas. Estes responderam que não concordariam em reestabelecer relações até o pagamento de vários bilhões de dólares como forma de ajuda de reconstrução pós-guerra, que foi prontamente recusado pelos EUA. Em 1994, o então presidente americano Bill Clinton encerra o embargo econômico imposto no Vietnã, agradecendo a ajuda vietnamita na identificação de 2.238 soldados americanos listados como ‘desaparecidos’ desde a Guerra. Apesar do final do embargo, mercadorias vindas do país asiático ainda recebiam pesadas taxações para adentrarem os Estados Unidos. Em 1995, Clinton restaurou completamente as relações diplomáticas entre os dois países com a abertura de uma embaixada americana em Hanoi, enquanto uma embaixada vietnamita foi aberta em Washington. (BROWN, 2010)

Em novembro de 2000, Clinton se tornou o primeiro presidente americano a visitar o Vietnã, depois de Richard Nixon em 1969 na sua visita ao Vietnã do Sul durante a Guerra do Vietnã. As relações econômicas entre os países melhoraram até culminar na assinatura do tratado bilateral de comércio em 2000 (conhecido como BTA – *Bilateral Trade Agreement*) e, em dezembro de 2001, esse acordo passou a valer. Por meio do BTA os EUA concedem o *status* ao Vietnã de relação normatizada de comércio, o que reduz significativamente as taxas e tarifas norte-americanas aplicadas nas importações do país asiático. Em retorno, Hanoi concorda em realizar uma grande gama de medidas de liberação de mercado, que incluem redução de impostos e tarifas, diminuição de barreiras para serviços norte-americanos como telecomunicações e serviços bancários, cometimento a proteção de direitos de propriedade intelectual e a provisão de incentivo e proteção a serviços de investimento estrangeiro. (BROWN, 2010)

Após a implementação do BTA, os números do crescimento econômico falam por si próprios. A Tabela 2 destaca o claro crescimento das exportações e importações do Vietnã desde o fim do embargo, na qual podemos claramente perceber um crescimento econômico impressionante em 20 anos.

Tabela 2 – Balança comercial do Vietnã após a retirada do embargo econômico imposto pelos EUA.

| ANO  | IMPORTAÇÕES EM BILHÕES DE USD | EXPORTAÇÕES EM BILHÕES DE USD |
|------|-------------------------------|-------------------------------|
| 1995 | 7,3                           | 5,07                          |
| 2000 | 16,5                          | 16,1                          |
| 2005 | 36,5                          | 36,9                          |
| 2010 | 84,6                          | 77,3                          |
| 2015 | 170,0                         | 185,0                         |

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco Mundial (2017).

Em janeiro de 2007, o Vietnã se tornou o 150º membro da Organização Mundial do Comércio (OMC). De acordo com a Tabela 2, tanto suas exportações quanto as suas importações crescem exponencialmente a cada cinco anos desde que caiu o embargo econômico, enquanto seu governo continua uma das cinco nações socialistas presentes no mundo hoje, juntamente da Coreia do Norte, a China, Laos e Cuba. Segundo dados do Banco Mundial (2017), entre suas maiores importações estão maquinários, metais, produtos têxteis, produtos químicos e borracha. Enquanto suas maiores exportações são de máquinas, algodão, calçados, produtos vegetais e metais. Atualmente, o Vietnã é o 16º maior parceiro comercial dos EUA.

### 4.2 CHINA

Houve momentos diferentes da história em que China e EUA estiveram frente a frente em embates diplomáticos. Durante a Guerra Fria, era bastante difícil comparar ambas as nações, principalmente porque a asiática era uma potência terrestre devido ao seu grandioso território e tamanho da população, enquanto o americano era uma potência naval e aérea (LEÃO; PINTO ACIOLY; 2011)

A relação sino americana, hoje a mais importante relação bilateral para ambos os parceiros, tem sua origem em 1972, durante o governo de Richard Nixon. A aproximação estadunidense com a China comunista se deve a uma estratégia dos EUA perante o isolamento da União Soviética durante a Guerra Fria. Conforme Fiori (2008), hoje é claro que esta estratégia construída sob a derrota norte-americana no Vietnã foi um elemento importante, e contribuiu para o fim da URSS em 1991. Após sua queda, o *status* chinês de aliado norte-americano passa diretamente para à condição de concorrente (LEÃO; PINTO ACIOLY; 2011)

Durante a década de 1990, as relações entre os dois países é acirrada devida a fortes sanções econômicas impostas pelos EUA contra a China, causadas pelas tensões entre o gigante asiático e Taiwan. Para que o retorno da diplomacia ocorresse, o governo chinês apoiou a empreitada norte-americana no combate ao terrorismo internacional, tanto no Iraque quanto no Afeganistão, durante a primeira década do século XXI. Desta forma, as relações entre ambos melhoraram gradualmente com o passar dos anos. A crise internacional de 2008, por um lado, acelera a integração entre a economia sino americana e corrobora a importância do eixo em suas qualidades comerciais, produtivas, financeiras e econômica, enquanto por outro lado aumenta a competição pela acumulação de poder mundial (LEÃO; PINTO ACIOLY, 2011)

O conhecido milagre econômico chinês iniciado com a política de abertura e reforma econômica, implantada no país em 1978, possui uma taxa de crescimento anual do seu Produto Interno Bruto (PIB) real de cerca de 11% durante as três décadas seguintes. Isso fez com que, mesmo com a forte crise econômica que abalou o mundo em 2008, o país se mantivesse forte e seu crescimento estável durante a última década (NAUGHTON, 2007). A Tabela 3 apresenta a ascensão econômica chinesa após sua nova política de abertura entrar em vigor.

Tabela 3 - Balança comercial chinesa antes e depois da reforma econômica e política de abertura.

| ANO  | IMPORTAÇÕES EM BILHÕES DE USD | EXPORTAÇÕES EM BILHÕES DE USD |
|------|-------------------------------|-------------------------------|
| 1970 | 1,51                          | 1,67                          |
| 1975 | 5,18                          | 6,0                           |
| 1980 | 14,7*                         | 16,8*                         |
| 1985 | 33,5                          | 23,8                          |
| 1990 | 48,5                          | 82,0                          |
| 1995 | 104,0                         | 209,0                         |
| 2000 | 183,0                         | 370,0                         |
| 2005 | 531,0                         | 935,0                         |
| 2010 | 1.150                         | 1.680                         |
| 2015 | 1.510                         | 2.160                         |

Fonte: : Elaboração própria a partir do Banco Mundial (2017).

\*1978 – Ano de implantação da nova política econômica.

Como dito anteriormente, a aproximação norte-americana com a China se deu por motivos políticos e estratégicos durante a Guerra Fria e hoje, mesmo sua relação tendo evoluído de aliados para uma rivalidade econômica saudável, a cooperação entre o país capitalista e o comunista é responsável pela maior parceria de comércio atualmente. Conforme dados do Banco Mundial (2017), atualmente as principais exportações chinesas são maquinários, produtos têxteis e metais, enquanto a importação é focada em circuitos integrados, produtos minerais e produtos químicos.

## 5 REAPROXIMAÇÃO E O FUTURO DIPLOMÁTICO ENTRE EUA E CUBA

O fim da Guerra Fria trouxe uma mudança óbvia no contexto político global, agora o motivo pelo qual a política de segurança norte-americana era apoiada nas décadas de sessenta e oitenta fora eliminado. Mesmo com o fim da União Soviética os governos de Bush 'Pai' (de 1989-1993), Bill Clinton (de 1993-2001) e Bush 'Filho' (de 2001-2009) se recusam reavaliar as premissas que regiam as políticas externas perante Cuba, ou quaisquer possibilidades de alteração nas políticas econômicas cubanas. Segundo Morley e McGillion (2002), nem o fim da URSS e nem as mudanças na política externa cubana poderiam mudar as prioridades em Washington, primeiro se exigiria uma transição de governo na ilha para, somente depois, quaisquer conversas sobre um reatamento pudessem de fato ocorrer.

Antes de qualquer tipo de melhora que o século XXI trouxe para a relação entre Cuba e EUA, esta se deteriorou ao ponto de um 'estrangulamento econômico' durante a década de 1990 com a implantação de novas leis e sanções por parte dos norte-americanos. Em 1992 é aprovada no congresso a Lei de Democracia Cubana, mais conhecida por Lei Torricelli. Os objetivos desta lei, segundo Morrone (2008), foram isolar e prejudicar, pelo meio de novas sanções econômicas, o comércio de Cuba por meio de três medidas: a proibição de navios estrangeiros que atracassem em Cuba de descarregar ou carregar em portos estadunidenses por seis meses; o impedimento de que subsidiárias norte-americanas comercializem com Cuba; e a punição, por meio de sanções econômicas, a países que prestassem assistência a Cuba.

A Lei Torricelli apenas seria revogada caso fossem convocadas eleições democráticas na ilha, supervisionadas pela comunidade internacional. Inicialmente rejeitada por George H. Bush, essa lei passa a contar com um grande apoio da população cubana que vivia exilada em Miami, detentora de uma força eleitoral considerável. Desta forma, é possível notar que agora os cubano-americanos possuem uma posição relevante na política externa norte-americana perante Cuba e que qualquer agenda doméstica perante a ilha estaria diretamente relacionada ao novo eleitorado constituído por exilados cubanos. (MORRONE, 2008)

Em 1994, após uma nova crise de emigração cubana gerada pela Lei Torricelli, o governo dos EUA se viu obrigado a negociar um acordo migratório com o intuito de acabar com a imigração ilegal e normalizar as relações deste campo. Como resultado, em 1996 é aprovada a Lei para a Liberdade e Solidariedade Democrática Cubana que não apenas ajudaria exilados cubanos a conseguirem um visto permanente, mas também procurava abafar investimentos estrangeiros em Cuba para dificultar uma possível recuperação econômica. Mais uma vez, uma democratização da ilha seria necessária para a normalização das relações. Para Santoro (2010) ambas as leis responderam tanto para interesses da política externa norte-americana como para a interna, visto que os mentores destas eram fortemente comprometidos com o eleitorado cubano-americano, que constituíam uma parcela determinante em períodos eleitorais na Flórida. No quesito da imposição à democracia, ambas as leis possuíam cláusulas que impediam tanto Fidel Castro quanto o seu irmão Raúl Castro de participar de qualquer posição em um possível governo democrático futuro (MORRONE, 2008).

Nos anos 2000, a pressão exercida por exportadores agrícolas estadunidenses faz com que os EUA repensem o embargo econômico e promulguem a *Trade Sanctions Reform and Export Enhancements Act (TRSA)*. Este ato reformista permite que alimentos sejam vendidos ao Sudão, ao Irã e a Cuba desde que determinadas condições fossem atendidas, como por exemplo, a exigência de que o pagamento seja feito à vista e em situações de emergência humanitária. As permissões concedidas pelo Ato são determinantes para a resolução da crise de abastecimento cubano e torna, ironicamente, os EUA o principal fornecedor de alimentos para a ilha. Essa expansão é somente possibilidade devido a interpretações generosas do que seria uma "emergência humanitária". (SANTORO, 2010)

O presidente Barack Obama assumiu o governo em 2009 ciente de que a política de hostilidades perante Cuba havia falhado e danificava interesses mais amplos dos EUA, porém a imprensa, políticas domésticas e o aprisionamento de um agente norte-americano pelas forças cubanas fizeram que o processo de normalização atrasasse. Apesar disso, Obama diminuiu o embargo aplicado à ilha, retirando os limites de viagens familiares para cubanos-americanos em 2009 e restaurando as viagens educacionais em 2011, a fim de promover o engajamento entre o povo estadunidense e cubano. Embora as novas políticas fossem vistas com bons olhos perante a população de ambos os países, o novo governo obteve pouca melhoria em relações políticas e econômicas durante o primeiro mandato (LEOGRANDE, 2016).

Entretanto, após sua reeleição em 2012, Barack Obama decidiu que o tempo era certo para fundamentalmente alterar a política norte-americana perante Cuba de hostil para uma de coexistência pacífica e engajada. Em Raúl Castro, presidente de Cuba desde 2008, encontra uma contraparte disposta. Em 2011, Raúl lançou uma reestruturação geral na economia cubana com o objetivo de substituir o atrasado e hiper-centralizado modelo, herdado da União Soviética nos anos de 1970, por uma forma de mercado socialista que se provou bem-sucedida tanto na China quanto no Vietnã (LEOGRANDE, 2016)

Para uma ilha pequena, Segundo Leogrande (2016) isso significaria uma maior integração com a economia mundial. Os EUA agora eram um parceiro comercial natural, provedor de investimentos estrangeiros diretos e uma fonte de turismo. Desta forma, uma normalização de relações encaixava com a nova estratégia cubana de desenvolvimento e em 2014 os interesses tanto dos EUA quanto de Cuba convergiram para uma mesma direção. Para ambos, um pacífico relacionamento fazia mais sentido do que o contínuo e ultrapassado antagonismo. Foram necessários dezoito meses de conversas para que os dois governos concordassem e traçassem um caminho para

o futuro das suas relações políticas e econômicas, que culminaram no anúncio de dezembro de 2014. (LEOGRANDE, 2016)

Após anunciado o acordo, três agentes da inteligência cubana encarcerados são soltos pelos EUA. Em troca, Cuba liberta Rolando Trujillo, agente da CIA preso há quase vinte anos na ilha, Alan Gross, preso há 5 anos, e outros 53 prisioneiros políticos, além de concordar em participar do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e das Nações Unidas na luta a favor dos direitos humanos e contra condições inumanas de aprisionamento. Deste momento até janeiro de 2017, segundo o Ministério de Negócios Estrangeiros de Cuba, 23 acordos bilaterais foram assinados entre os dois países nas áreas de segurança, agricultura, combate ao tráfico, serviços humanos, saúde, meteorologia, ensino de línguas, busca e resgate marítimo e aeronáutico, entre outras diversas áreas, buscando um aumento gradual de cooperação e diplomacia (CUBAMINREX, 2017)

Em entrevistas coletivas, ambos os presidentes se mostraram esperançosos com um futuro pacífico, mas bastante realistas quanto as dificuldades que serão encontradas pelo caminho. Em abril de 2015 o presidente Obama afirma na Cúpula das Américas no Panamá, em tradução livre de discurso transcrito pelo site oficial da Casa Branca, que “Nós estamos agora em uma posição para nos movermos a caminho do futuro. Ainda haverá profundas e significantes diferenças, mas podemos discordar e manter o respeito e a civilidade e, com o tempo, será possível mudarmos a página e desenvolver um novo relacionamento” (THE WHITE HOUSE, 2015, p.1). Nas palavras do presidente Raúl Castro, em tradução livre do seu discurso realizado no mesmo dia e local também transcrito pelo site oficial da Casa Branca, “ninguém deve entreter ilusões. Nossos países possuem uma longa e complicada história, mas estamos dispostos a progredir [...] e discutir tudo, mas devemos ser pacientes, muito pacientes”. (THE WHITE HOUSE, 2015, p.1)

Em 1º de julho do mesmo ano, Cuba é formalmente retirada pelos norte-americanos da Lista de Patrocinadores do Terrorismo Internacional e do dia 20 desse mesmo mês, Obama e Castro anunciam que chegaram a um acordo de completa restauração de relações diplomáticas. Em setembro, Raúl Castro faz sua primeira viagem aos EUA e ambos os presidentes se encontram na Assembleia Geral das Nações Unidas e em março de 2016 Obama visita Havana, se tornando o primeiro presidente americano a pisar em solo cubano em 88 anos (LEOGRANDE, 2016).

Apesar de um claro avanço nas relações entre ambos os países, as sanções econômicas norte-americanas perante Cuba permaneceram ativas. Tanto o embargo econômico quanto o banimento de viagens turísticas à ilha precisam da aprovação do Congresso para serem removidas, segundo Leogrande (2016), por estarem escritas em forma de lei. Para Cuba, este é o assunto mais importante a ser tratado devido ao dano contínuo à economia do país. Em outubro de 2015, pelo vigésimo quarto ano seguido, a Assembleia Geral das Nações Unidas votou de maneira quase unânime e sem abstenções (191 votos a favor e 2 contra) por uma resolução ao embargo a Cuba e que este fosse revogado. Os únicos países que votaram contra foram os Estados Unidos e Israel. Em 26 de outubro de 2016, pela primeira vez, Estados Unidos e Israel se abstiveram em vez de se oporem a votação anual da ONU para a revogação do embargo, com 191 países votando a favor e nenhum país votando contra a mesma. (ONU, 2016)

Em 20 de janeiro de 2017 o candidato pelo Partido Republicano Donald Trump assume o governo dos EUA. Sua campanha no ano anterior foi fortemente baseada no ideal da “*America First*”, ou “A América (EUA) Em Primeiro Lugar”, a qual prega a restauração da liderança estadunidense perante o resto do mundo e o uso de recursos econômicos, militares e diplomáticos dos Estados Unidos para a promoção da prosperidade, o aumento de segurança e a ampliação de influência norte-americana. Inicialmente, sua posição oficial perante as relações unilaterais com Cuba foi a de revisão do acordo firmado durante o governo Obama. Apesar de Trump ter afirmado que o acordo seria “completamente cancelado”, na prática, segundo o *website* oficial do Departamento do Tesouro Americano (2017), as mudanças prometidas pelo anúncio não terão efeito até que novas regulamentações sejam emitidas, ou seja, ainda levarão meses para que as novas políticas prometidas sejam postas em prática.

Zanetti (2016) explica, ao fazer uma previsão do futuro das relações cubano-americanas, que não é esperado que um congresso Republicano remova o embargo econômico a Cuba tão cedo, embora, provavelmente, divisões de políticas dentro do próprio partido devam impedir o fortalecimento do bloqueio. Reuniões regulares entre oficiais cubanos e norte-americanos devem continuar a ocorrer com o objetivo de avançar a agenda bilateral que procura resolver diferenças para atingir a completa normalização de relações, um esforço que certamente será difícil e levará diversos anos. Oficiais continuarão as conversas em assuntos específicos de comum interesse, onde alguns acordos ou entendimentos poderão ser alcançados. Membros do Congresso dos EUA e empresários interessados em comércio e investimentos continuarão a viajar para Cuba. As pressões do setor

privado para com o Setor Executivo e o Congresso para a remoção do embargo e para a inclusão de novos abrandamentos no bloqueio, sem dúvida, continuarão. (ZANETTI, 2016)

Após a vitória de Trump, e levando em consideração algumas das afirmações feitas pela nova administração, para Zanetti (2016) seria razoável presumir que Cuba enfrentaria situações críticas as poderiam acarretar em consequências não previstas. O parece ser mais sensato e lógico é a manutenção, como estratégia, da continuação de alguns aspectos do atual processo de normalização. Entretanto, os últimos acontecimentos levam a acreditar que ainda haverá aumento de pressão para a extração de concessões, o retorno de retórica agressiva, estagnação e possivelmente algumas reversões no tratado.

Como visto previamente, a reaproximação entre os EUA e adversários comunistas não é nenhuma novidade e já se provou ser benéfico para ambas as nações, mesmo quando uma delas saiu vitoriosa em uma guerra na qual os norte-americanos estavam do lado perdedor. A presente instabilidade na política externa estadunidense, com o presidente Trump engajando em recentes guerras retóricas tanto com inimigos (Coreia do Norte) como com aliados (França), exemplifica que a política do atual governo é de proteção dos interesses e fechamento de fronteiras, utilizando-se da cautela ao explorar caminhos desconhecidos e relacionamentos novos. Olhar através desta instabilidade e fazer qualquer tipo de previsão do que é lógico e sensato para o relacionamento dos dois países parece uma tarefa impossível. (ZANETTI, 2016)

Mesmo que o futuro reserve um relacionamento saudável entre ambos os países, o sucesso completo levará tempo. Afinal, este está contra mais de meio século de agressividades políticas e econômicas. Segundo Kopetski (2016), mesmo que o atual governo diminua ou até reverta as relações bilaterais, o próximo deverá dar sequência no que foi começado pois, segundo pesquisa de campo realizada em dezembro de 2016 pelo *Pew Research Center*, 75% dos americanos aprovam o reestabelecimento das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba, enquanto 73% do povo aprova o fim do embargo econômico. Em 17 de dezembro de 2014 Obama e Castro fizeram história ao assumir o comprometimento de trabalharem juntos para construir um novo relacionamento para seus dois países e, mesmo que o presidente Trump discorde, a vontade da população estadunidense faz com que o futuro pareça promissor para as relações político e econômicas entre os EUA e Cuba.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relacionamento entre os EUA e Cuba é conturbado desde o final do colonialismo espanhol exercido perante a ilha. Após a Revolução Cubana de 1959 esse relacionamento se deteriorou intensamente através de situações extremas para ambos os países, passando pela desastrosa tentativa de invasão da Baía dos Porcos em 1961, até o período considerado por muitos como o mais próximo que o mundo já esteve de uma guerra nuclear, a Crise dos Mísseis de outubro de 1962, e um embargo econômico que os EUA impõe a Cuba desde 1960, como resposta a nacionalização de bens e propriedades americanas pela ilha nesse mesmo ano.

Porém, em dezembro de 2014 o então presidente norte-americano Barack Obama e o presidente cubano Raúl Castro anunciam a reaproximação dos dois países, informando que o passado, gradualmente, será deixado para trás. Após o anúncio, ambos os presidentes visitaram o país de seu agora ex-rival a fim de promover a integração e mostrar aos seus povos que o anúncio é sério e que todos devem contribuir para um futuro diferente, assim como feito anteriormente com outros adversários comunistas como a China e o Vietnã.

Tendo em vista a histórica rivalidade entre os dois países e o histórico norte-americano de normalização com governos socialistas – no qual em ambas as vezes a balança comercial do país socialista cresceu de maneira gradual após uma parceria com os estadunidenses – este estudo teve como principal objetivo analisar a reaproximação das relações político e econômicas entre Cuba e EUA, compreendendo os motivos por trás do distanciamento, a reaproximação depois de tantos anos e os possíveis benefícios futuros para ambas as nações.

Verificou-se que a Revolução Cubana apenas tem seu início devido a constante política imperialista de intervenção norte-americana perante a América Latina durante o fim do século XIX e através do século XX. É devido a décadas de um governo que apenas servia aos interesses dos EUA e a falsa sensação de independência que Fidel Castro dá início a Revolução, o que leva ao embargo econômico, que faz com que Cuba procure auxílio na URSS, que gera a Crise dos Mísseis e dá início a mais de meio século de provocações e retóricas entre as nações.

Constatou-se que não apenas é possível uma reaproximação completa com adversários socialistas por parte dos EUA como há um histórico favorável para que isso ocorra. Embora a

parceria com a China tenha iniciado apenas como forma estratégica de isolar ainda mais a União Soviética durante a Guerra Fria, é inegável afirmar que hoje ambos são seus principais parceiros econômicos, enquanto disputam – de maneira saudável – o primeiro lugar como a nação economicamente mais forte do mundo. A parceria com o Vietnã surge após a cooperação deste na identificação de mais de dois mil soldados norte-americanos desaparecidos durante a Guerra do Vietnã. O fim do embargo a Hanoi transforma a economia e provoca um incrível crescimento do país em 20 anos, fazendo com que hoje ele seja o 16º maior parceiro econômico dos EUA.

Após a queda da União Soviética o governo de Washington acreditou ser uma questão de tempo até que o isolamento econômico causasse uma implosão do governo cubano. A sobrevivência deste através da década de 1990 e dos anos 2000 – mesmo com o ‘estrangulamento econômico’ aplicado - torna Cuba uma nação ‘forte’ perante os olhos da comunidade internacional, porém irrelevante ao cenário político e econômico mundial. A retomada das relações tiraria Cuba da pobreza e a traria ao século XXI, investidores americanos lucrariam com as possibilidades de investimento na ilha e esta se transformaria em um parceiro comercial natural dos norte-americanos.

Este estudo contribui para um melhor entendimento da história entre Cuba e EUA, dos motivos do distanciamento entre as duas nações, do histórico da política externa exercida pelos EUA perante a América Latina, dos mútuos benefícios vindouros da parceria econômica entre dois países com sistemas políticos diferentes e do que mantimento da reaproximação anunciada por Obama e Castro em 2014 poderia trazer de bom para ambas as nações. As principais limitações encontradas para a realização estão relacionadas com a falta de informações a respeito da economia de Cuba durante a metade do século XX.

Neste sentido, sugere-se que um estudo mais amplo seja realizado, analisando a fundo os benefícios que a aproximação entre EUA e Vietnã geraram no país asiático, relacionando os mesmos com a situação atual do povo cubano a fim de realizar uma previsão de crescimento econômico para a ilha e o que os moradores poderiam esperar caso o embargo caia de vez.

A complexidade de uma reaproximação entre Washington e Havana é grandiosa e os governos não podem antecipar todos os desafios que o curso deste processo poderá trazer. Significativamente, ambas as nações afirmam que procuram realizar mudanças irreversíveis, apagando seu passado conturbado. Apesar de o novo governo norte-americano ser contrário a tais mudanças, o povo estadunidense em sua maioria – conforme pesquisas apresentadas neste artigo – é favorável a normalização e, agora que foi dada a largada, é difícil imaginar que o futuro traga algo diferente do que a gradual melhora no relacionamento entre os dois países até que a completa cooperação seja atingida.

## REFERÊNCIAS

ALBRIGHT, M. **Fast-Track Trade Negotiating Authority**: Essential for America. 2a.ed. Washington: Dispatch, 1997.

ALBRIGHT, M. **US Foreign Operations Budget**. 1a.ed. Washington,: Dispatch, 1999

AYERBE, L.F. **A Revolução Cubana**. 3ª.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

AYERBE, L.F. **Estados Unidos e América Latina: A Construção da Hegemonia**. 1a.ed. São Paulo, Editora Unesp - 2002

BANCO MUNDIAL. **World Bank Open Data**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: nov. – dezembro. 2017.

BANDEIRA, M. **Brasil - Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BETHELL, L. **Historia de América Latina, México y El Caribe desde 1930**. Barcelona: Crítica-Grijalbo Mondadori, 1998.

BROWN, F. Z. **Rapprochement between Vietnam and the United States**. 1a.ed. Singapore: ISEAS - Contemporary Southeast Asia, 2010.

BUREAU OF WETERN HEMISPHERE AFFAIRS: **US Relations With Cuba**: Fact Sheet. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2886.htm>> Acesso em: 10. Nov. 2017

CIA. Central Intelligence Agency. **Historical Collections Reports:** Latin America. 1982. Disponível em:  
<<https://www.cia.gov/library/readingroom/collection/reports-latin-america-1982-0249>> Acesso em: 09. Nov. 2017.

CIA. Central Intelligence Agency. **Historical Collections Reports:** Latin America. 1982. Disponível em:  
<<https://www.cia.gov/library/readingroom/collection/reports-latin-america-1982-0138>> Acesso em: 09. Nov. 2017.

CIA. Central Intelligence Agency. **Historical Collections Reports:** Latin America. 1982. Disponível em:  
<<https://www.cia.gov/library/readingroom/collection/reports-latin-america-1982-0374>> Acesso em: 09. Nov. 2017.

CHOMSKY, N. **A Política Externa dos Estados Unidos:** da Segunda Guerra Mundial a 2002. São Paulo: Consulta Popular, 2005.

COCKCROFT, J. **América Latina y Estados Unidos.** 2ª.ed. Coyoacán: Siglo XXI Editores, 2001.

CUBAMINREX. Ministerio de Relaciones Exteriores de Cuba. **Instrumentos Bilaterales Adoptados Entre Cuba Y EE.UU. Después Del 17/12/2014.** 2017. Disponível em:  
<<http://cubaeeuu.cubaminrex.cu/article/instrumentos-bilaterales-adoptados-entre-cuba-y-eeuu-despues-del-17122014>> Acesso em: 03. Out. 2017

DHS. Department of Homeland Security. **Update on U.S. Policy Toward Cuba.** 2017. Disponível em: <<https://www.dhs.gov/cuba>> Acesso em: 10. Dez. 2017

FURIATI, C. **Fidel Castro:** uma biografia consentida. 1a.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003

GADDIS, J.R. **The Cold War: A New History.** 1a.ed. Nova Iorque: The Penguin Group, 2005.

GOTT, R. **Cuba:** Uma Nova História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

KISSINGER, H. **Diplomacy.** 2a.ed. New York: Simon & Schuster, 1994.

KRYZANEK, M. J. **Los Estratégias Políticas de Estados Unidos en América Latina.** Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987.

KUGLER, R. **Toward a Dangerous World:** US National Security Strategy for the Coming Turbulence. Santa Monica: Rand, 1995.

LEOGRANDE, W.M. **Cuba-US Relations: Normalizations and Its Challenges:** No Time to Lose: Navigating the Shoals of the New U.S.-Cuba Relationship. 1.ed. Nova Iorque. Institute of Latin American Studies. 2016. Disponível em:  
<<http://ilas.columbia.edu/wp-content/uploads/2017/03/CUBA-US-RELATIONS-NORMALIZATION-AND-ITS-CHALLENGES.pdf>> Acesso em: 15. Oct. 2017

LEOGRANDE, W. M.; KORNBLUH, P. **Back Channel to Cuba:** The Hidden History of Negotiations between Washington and Havana. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2015.

LEÃO, R.P.F.; PINTO, E.C.; ACIOLY, L. **A China na Nova Configuração Global:** impactos políticos e econômicos. 1a.ed. Brasília: IPEA, 2011.

MAGDOFF, H. **A Era do Imperialismo.** São Paulo: Hucitec, 1979.

MICHEL, M.H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais:** um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015.



MORAES, R. **Análise de Conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32. 1999.

MORLEY, M. H.; MCGILLION, C. **Unfinished business: America and Cuba after the Cold War, 1989-2001**. 1.ed. Cambridge, UK; Cambridge University Press, 2002.

MORRIS, R. **Documentos Básicos de História dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1956.

MORRONE, P. **A Fundação Nacional cubano-americana (FNCA) na Política externa dos Estados Unidos para Cuba**. 1ª.ed. São Paulo: UNESP, 2008.

NAUGHTON, B. **The Chinese Economy: transitions and growth**. 1a.ed. Cambridge: MIT Press, 2007.

OFFICE OF THE HISTORIAN: **A Guide to the United States' History of Recognition, Diplomatic, and Consular Relations, by Country, since 1776: Cuba**.

Disponível em: <<https://history.state.gov/countries/cuba>> Acesso em: 10. Nov. 2017

POPE ATKINS, G. **América Latina en el Sistema Político Internacional**. 1a.ed. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991.

ROBERTSON, R. M. **História da economia americana**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Record, 1967.

SADER, E. **Nicarágua: O peso da guerra**. 1a.ed. São Paulo: Tempo e Presença, 1989.

SANTORO, M. **Cuba Após a Guerra Fria: Mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA**. 1a.ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2010.

SCHOULTZ, L. **Estados Unidos: poder e submissão**. 1aed. Bauru: Edusc, 2000

SINGER, P. **Interpretação do Brasil: Uma experiência histórica de desenvolvimento**. 1a.ed. São Paulo: Difel, 1976.

TYSON, A. **Pew Research Center: Americans still favor ties with Cuba after Castro's death, U.S. election**. 2016. Disponível em: <<http://www.pewresearch.org/fact-tank/2016/12/13/americans-still-favor-ties-with-cuba-after-castros-death-u-s-election/>> Acesso em: 10. Dez. 2017.

TULCHIN, J. A. **La Argentina y los Estados Unidos: História de una desconfianza**. Buenos Aires: Planeta, 1990.

UN. United Nations. **UN General Assembly renews long-standing call for end to US embargo against Cuba**. 2015.

Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=52391#.WjSBed-nHIU>> Acesso em: 09. Nov. 2017

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

ZANETTI, C.C. **Cuba-US Relations: Normalizations and Its Challenges: Political Polarization in the U.S.: Perspectives and Consequences for Cuba**. 1.ed. Nova Iorque. Institute of Latin American Studies. 2016. Disponível em: <<http://ilas.columbia.edu/wp-content/uploads/2017/03/CUBA-US-RELATIONS-NORMALIZATION-AND-ITS-CHALLENGES.pdf>> Acesso em: 15. Out. 2017

WHITE HOUSE. **Remarks by the President in Press Conference after the Summit of the Americas**. 2015. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/04/11/remarks-president-press-conference-after-summit-americas>> Acesso em: 15. Nov. 2017

WOODS, L.S. **Vietnam: A Global Studies Handbook**. 1a.ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2002.

